



Moçambique

Resumo Do Relatório De Acessibilidade 2017

Moçambique ainda tem um longo caminho pela frente para poder oferecer aos seus cidadãos um acesso a internet a preço acessível. Embora o governo e o regulador tenham introduzido reformas muito necessárias, ainda são precisos mais esforços para reduzir o preço da banda larga para todos – especialmente para o número significativo de cidadãos que vivem abaixo do limite de pobreza.



33%

**DAS MULHERES
EM ÁREAS POBRES
DE MAPUTO ESTÁ
CONECTADO À
INTERNET**

(Web Foundation, 2015)



12%

**PENETRAÇÃO DA
BANDA LARGA
MÓVEL**

(GSMA, 2015)



12%

**CUSTO DE 1GB DE
INTERNET MÓVEL
PRÉ-PAGA**

(COMO % DO RBI PC)

(A4AI, 2016)

Desempenho de Moçambique no Índice dos Motores da Acessibilidade 2017

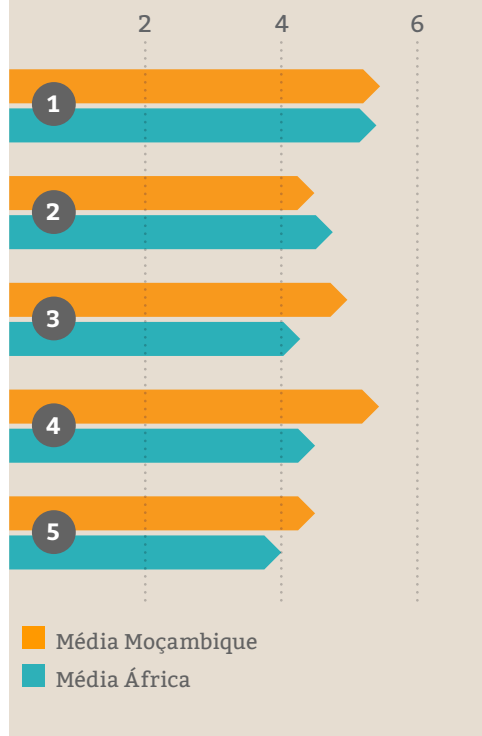
O país está na 45ª posição do ranking (de 58 países estudados) no Índice dos Motores da Acessibilidade (ADI). Uma descida da 43ª posição que Moçambique ocupava no ranking do Índice dos Motores da Acessibilidade, indicando o passo lento do progresso das políticas e regulamentos.

POSIÇÃO	PAÍS	ACESSO	INFRA-ESTRUTURA	CLASSIFICAÇÃO NO ADI
45	Moçambique	47.47	31.58	40.16

Uma coalizão global que trabalha para tornar a banda larga acessível para todos

www.a4ai.org

MÉDIA MOÇAMBIQUE E MÉDIA ÁFRICA



1 Política e Regulamento para Concorrência

Classificação: 5.0

A classificação na política e regulamento para concorrência é quase igual à média regional.

Moçambique anteriormente contava com um regime de licenciamento baseado no serviço e tecnologia. No entanto, a nova lei das telecomunicações¹, publicada em Junho de 2016, reconhece a convergência das tecnologias e clama por um regime de licenciamento simplificado e neutro em termos de tecnologia e baseado no regulamento para recursos escassos.

2 Política para Banda Larga

Classificação: 4.5

Na política para banda larga Moçambique classifica-se abaixo da média regional.

A estratégia de banda larga de Moçambique não inclui metas ou intervenções com prazos para redução dos preços da banda larga ou aumento da penetração e não é actualizada desde a sua introdução em 2006. O Ministério dos Transportes e Comunicações referiu publicamente uma estratégia nacional revista para banda larga, mas o desenvolvimento deste documento continua em curso.

3 Políticas para Acesso Público + Uso do Fundo do Serviço de Acesso Universal

Classificação: 5.5

A classificação de Moçambique no acesso universal é superior à média regional.

Desde 2007, Moçambique operacionalizou o Fundo do Serviço de Acesso Universal – financiado por contribuições das operadoras iguais a 1% das receitas brutas do ano precedente – para implementar e expandir o acesso a internet e promover o desenvolvimento de habilidades e de conteúdos digitais. Estes projectos visam priorizar as zonas desfavorecidas, e os detalhes dos projectos com apoio público e/ou os seus impactos ainda não estão disponíveis para o público. Os custos dos dispositivos continuam a constituir uma barreira significativa para o acesso em Moçambique², o que justifica consideração de o USAF subsidiar o acesso aos dispositivos, entre outras opções para apoiar acesso e uso. A nova lei de telecomunicações de Moçambique actualiza disposições para serviço universal, que permitirão esforços melhorados para apoio a telecentros comunitários e outras soluções para acesso livre.

4 Partilha de Infra-estrutura

Classificação: 5.5

Moçambique classifica-se acima da média no uso e partilha de infra-estrutura.

A lei de telecomunicações de 2016 preconiza a necessidade de regulamentos actualizados para partilha de infra-estrutura para abordar a facilitação do direito de passagem e incentivos para partilha, entre outras medidas. Em colaboração com a Coligação A4AI-Mozambique, o INCM desenvolveu e está a finalizar propostas de novos regulamentos para partilha de infra-estrutura, com aprovação prevista para 2017.

5 Política para Espectro

Classificação: 4.5

Em termos da política de espectro Moçambique posicionou-se acima da média regional.

Moçambique adiou a implementação dos seus planos de migração digital, depois dos quais mais frequência ficarão disponíveis para uso de banda larga móvel em todo o país. Apesar deste atraso e da tentativa falhada de leilão do Dividendo Digital do espectro (isto é, 800MHz), o mercado Moçambicano está a falar numa situação comparativamente melhor. Ao contrário de outros mercados, não está a acontecer nenhuma crise de espectro e se necessário, o Dividendo Digital do espectro por vender poderia ser vendido a preço razoável em linha com as expectativas do mercado.

Recomendações para Melhoria da Acessibilidade e Acesso a Internet em Moçambique

- 1. Desenvolver uma nova Estratégia de Banda Larga**, aliada a uma clara política de acesso universal para captar metas com prazos e iniciativas que respondam, entre outras questões:
 - a urgente necessidade de expansão do acesso nas zonas rurais e outras áreas desfavorecidas;
 - o desenvolvimento de intervenções direccionadas para aumentar o acesso para a mulher e outras populações marginalizadas;
 - a implementação de iniciativas de habilidades digitais para apoiar o desenvolvimento de um sector ICT local florescente; e
 - a necessidade de abordagens inovadoras para eliminar a divisão digital, tais como programas que possam subsidiar dispositivos com acesso a internet ou expandir o WiFi público ou redes comunitárias como opções para conectar os desconectados.
- 2. Expandir esforços para lidar com questões de acesso do lado da procura.** Encorajar o desenvolvimento de conteúdo digital local e localmente relevante e melhorar a literacia digital através de formações e incentivos para desenvolver focos de tecnologia e inovação.
- 3. Implementar regulamentos e orientações para encorajar e incentivar a partilha de infra-estrutura e acesso aberto**, e reduzir estrangulamentos burocráticos (ex. dinamizar o processo de licenças entre múltiplas agências, melhorar os padrões de qualidade da infra-estrutura e criar uma agência de coordenação para implementar uma abordagem “escavar uma vez” para o investimento em infra-estrutura).

1 Lei das Telecomunicações, <http://www.incm.gov.mz/documents/10157/343078/Lei%20das%20Telecomunicacoes.pdf>
2 USAID and mStar (2015), “Mozambique Mobile Access & Usage Study”